

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

05/09/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Após decisão do Supremo, empresas confundem terceirizados com PJs

A liberação pelo STF da terceirização de todas as atividades de uma empresa gerou uma onda de dúvidas entre empregadores, sobretudo em relação à chamada pejetização. Desde a conclusão do julgamento, na quinta-feira (30), advogados ouvidos pela Folha relatam grande volume de interessados em saber sobre a possibilidade de demitir trabalhadores celetistas e contratá-los na sequência como PJs (pessoas jurídicas). Os questionamentos partem, em geral, de empresas do setor industrial e de tecnologia, mas também da construção civil e do agronegócio. “O julgamento do STF criou muitas dúvidas porque a indicação de que, agora, é possível terceirização irrestrita acabou ultrapassando, no entendimento dos clientes, os limites da própria decisão”, afirma André Ribeiro, sócio e coordenador da área trabalhista do Dias Carneiro Advogados. O entendimento do STF regulamentou situações anteriores à lei de terceirização, aprovada em março do ano passado, e à reforma trabalhista, em vigor desde novembro. Ambas ratificaram a terceirização da atividade-fim das empresas, até então vetada pela súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho). “Nosso esforço tem sido no sentido de explicar aos clientes que os limites da terceirização não tratam mais do tipo de atividade, mas da manutenção ou não da relação de emprego”, diz Ribeiro. A demissão de funcionários para recontração como PJ —mantendo a subordinação do trabalhador à empresa, o que configura vínculo empregatício— continua ilegal e nem sequer foi objeto de julgamento do Supremo na semana passada.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/09/2018

Ministro diz que não há previsão para novos concursos em 2019

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou ontem durante a apresentação do Orçamento de 2019, que não há previsão para novos concursos no ano que vem. Caso o próximo governo queira abrir concurso, contará com uma reserva técnica de R\$ 411 milhões no Orçamento. “O que existe é uma reserva de segurança, que se o presidente entender que precisa fazer concurso, ele tem esses R\$ 411 milhões. Se ele decidir não fazer, ele pode realocar (o recurso)”, explicou o ministro. O valor também foi reservado para cumprir eventuais decisões judiciais que obriguem o governo a realizar algum concurso público em determinada área. Segundo Colnago, só estão reservados recursos para bancar a contratação de novos servidores de processos seletivos já autorizados ou em andamento, que são cinco no total: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o chamado banco de professor equivalente do Ministério da Educação (MEC), que permite a abertura de concurso em universidades federais sempre que há vaga de docente disponível.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/09/2018

População pagará R\$ 1,9 bilhão a mais nas contas de luz

Os consumidores de energia elétrica terão que pagar mais para cobrir o custo dos subsídios do setor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na última terça-feira (4) a revisão do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados para o setor. Para que seja possível conceder esses benefícios, todos os consumidores precisam pagar contas mais altas. A proposta da Aneel, apresentada no dia 7 de agosto, previa que seria necessário aumentar a arrecadação em R\$ 1,446 bilhão. Porém, após a audiência pública, o órgão regulador decidiu elevar o valor necessário para bancar as despesas da CDE em R\$ 1,937 bilhão. Segundo o relator, diretor Rodrigo Limp, os gastos do fundo setorial serão mais altos do que o previsto, enquanto as receitas serão mais baixas do que o projetado.

Fonte: Jornal A Tribuna – 05/09/2018

Governo e oposição criticam aumento de 16,38% para ministros do STF

Parlamentares do governo e da oposição disseram ser contra o aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 16,38%. Como a remuneração, que irá de R\$ 33.700 para R\$ 39.700, corresponde ao teto do funcionalismo público, a medida terá um efeito cascata nos três poderes e em estados e municípios. O aumento, negociado entre Executivo e Judiciário como moeda de troca para o fim do auxílio-moradia de juízes, foi incluído na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019, entregue pelo Executivo ao Congresso na sexta-feira (31). Para o vice-líder do governo Darcísio Perondi (MDB-RS), o “buraco fiscal” ainda é muito grande para permitir o aumento. A meta fiscal estabelecida pelo Executivo na PLOA 2019 é um déficit de R\$ 139 bilhões. “O governo vai continuar focado em reduzir o déficit fiscal”, disse. Perondi também defendeu o adiamento do reajuste de servidores federais para 2020, conforme a Medida Provisória (MP) 849/18. “Todos precisam doar um pouco de si para esse momento difícil da economia brasileira. Não existe dinheiro, não recebe reajuste”, afirmou Perondi. A economia prevista pelo governo com o adiamento é de R\$ 4,7 bilhões. O vice-líder da Minoria Henrique Fontana (PT-RS) disse que é insustentável um reajuste para o teto do funcionalismo no momento atual. “Isso fica mais claro ainda quando se sabe que o governo atual propõe que não haja reajuste para as demais categorias dos servidores públicos”, afirmou.

Leia mais: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Produção industrial cai 0,2% de junho para julho

A produção industrial brasileira recuou 0,2% na passagem de junho para julho, segundo dados da Produção Industrial Mensal divulgados nesta terça-feira (4), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda veio depois de uma alta de 12,9% na passagem de maio para junho. A indústria nacional cresceu 4% na comparação com julho de 2018, 2,5% no acumulado do ano e 3,2% no acumulado de 12 meses. Apesar da queda na média, 16 dos 26 ramos industriais pesquisados tiveram alta de junho para julho, com destaque para outros produtos químicos (4,3%), outros equipamentos de transporte (16,7%), máquinas e equipamentos (2,9%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1%). Dez atividades industriais foram responsáveis pela queda da indústria, entre elas, veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,5%), produtos alimentícios (-1,7%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-7,2%), produtos de minerais não metálicos (-3,0%) e couro, artigos para viagem e calçados (-5,4%). Entre as quatro grandes categorias econômicas, três tiveram queda, com destaque para bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos (-6,2%). Também tiveram queda os bens de consumo duráveis (-0,4%) e os bens de consumo semi e não duráveis (-0,5%). Os bens intermediários, isto é, os insumos industrializados usados no setor produtivo, avançaram 1%.

Fonte: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>